

**ACTA N.º 01/2003 – Reunião de 10 de Janeiro de 2003**

-----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA:**-----  
-----**REUNIÃO DE DIA 10 de JANEIRO DE 2003**-----  
-----**ACTA NÚMERO UM / DOIS MIL E TRÊS**-----

-----**COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – José Júlio Martins Barreiras; **Segundo Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício.-----

-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Lúcia Maria Silva Poseiro (P.S.D.), Abel José Marques Bruno Henriques (B.P.), Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (P.S.), José Júlio Martins Barreiras (P.S.D.), José Alexandre Fonseca (B.P.), Maria Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira (C.D.U.), Carlos Fernando Faria Duarte (P.S.D.), José António Oliveira Gordinho Leonardo (B.P.), Nuno Manuel Mota Silva (P.S.D.), Vítor Manuel Ferreira Fonseca (P.S.), Fernando Manuel Rodrigues Venâncio (B.P.), Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (P.S.D.), Mário Gomes Morgado (C.D.U.), Susana Paula Geraldês Trindade Manco (P.S.), Carlos João F. Pereira Fonseca (P.S.D.), Marlene Sofia Fortunato Veloso (B.P.), João Paulo Hermenegildo (P.S.D.), Aires Daniel Faria Silva (B.P.), Vítor Fernando Soares Garcia (C.D.S./P.P.), João Manuel Cordeiro Alves (C.D.S./P.P.), José Manuel Gonçalves Vieira (P.S.D.), José João Jesus Ferreira (P.S.D.), Eugénia Maria Piteira Leal (P.S.), Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (B.P.) e Joaquim Marcos Henriques (B.P.).-----

-----Não esteve presente o senhor Armando Salvador Maia Fonseca (PS).-----

-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal António Carlos Albuquerque Álvaro, os senhores vereadores Luis Alberto Camilo Duarte, João Carlos Barreiras Duarte, Jorge Manuel Costa Pereira, Manuel Quintino Filipe Silva, António José Silva Faustino e Rui Fernando Figueiredo Viola, a Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Marina Melo Marques Lemos, o Chefe da Divisão técnica eng. Luís Fernando Pereira Mil-Homens, a responsável pela Divisão Financeira Alexandra Maria Lourenço Trindade Clemente e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----Pelas 21.35 horas o senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão que decorreu no Auditório Municipal de Bombarral.-----

-----**PROPOSTA DE ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2003:** O senhor Presidente da Câmara disse não ter sido fácil a distribuição dos investimentos pelas várias localidades mas esta proposta revela equilíbrio. Disse que o saldo de tesouraria em 30.12.2002 era de € 575.526. Saliu o facto das rubricas Outros terem valores muito diminutos.-----

-----O senhor Abel Henriques (BP) declarou que: A Proposta de Orçamento e Opções do Plano que hoje nos são presentes para apreciação e votação, constituem uma verdadeira confissão da mais conflagradora incapacidade de gestão deste executivo. Incapacidade esta que se revela, desde logo, ao nível político. O Presidente da Câmara e os vereadores eleitos na sua lista pautam a sua actuação política como se estivessem sustentados por uma maioria absoluta que, de facto, não têm. Por mais que lhes custe, a crueza dos números dita que ganharam a Câmara com 29% dos votos. A estrondosa maioria dos votos –mais de 67 % - encontra-se dispersa pelas restantes forças políticas. É inacreditável como não entendem esta incontornável realidade e dispensam a procura de consensos, fazem tábua rasa de um quadro político local que se caracteriza por uma oposição absolutamente maioritária, ficam inebriados com a aprovação dos documentos nas reuniões do órgão executivo, por força de uma persistente e conveniente abstenção de um vereador supostamente da oposição. Como nota de rodapé, diga-se que este facto, do ponto de vista político, só pode ter uma leitura - quem

## ACTA N.º 01/2003 – Reunião de 10 de Janeiro de 2003

sistematicamente se abstém em matérias de tão grande importância ou não tem estratégia, ou não tem coragem política para assumir a sua própria estratégia, ou a sua estratégia é pura e simplesmente não ter estratégia. Só que o Presidente da Câmara e os vereadores eleitos na sua lista deslumbram-se com a árvore e esquecem a floresta. E o resultado é o que se tem visto e de que é exemplo paradigmático o empréstimo que veio teimosamente, por três vezes, à Assembleia Municipal e das três vezes foi chumbado. A incapacidade de gestão e a falta de rigor deste executivo têm constituído uma marca indelével deste mandato; revela-se no dia a dia e atinge o seu auge de evidência nos documentos com que tem presenteado os membros desta assembleia municipal ao longo do ano que recentemente terminou. O preâmbulo do Plano Plurianual de Investimentos, elaborado e assinado pelo Presidente da Câmara é exactamente igual ao do ano passado. Houve preocupação de mudar o tipo de letra utilizado no processador de texto e algumas modificações na construção das frases mas todas dizem exactamente o mesmo que as mesmas frases que constavam do documento anterior. Tudo o que se disse em relação ao documento apresentada para 2002, nomeadamente, que revelava uma gritante ausência de estratégia, que não apontava um rumo minimamente coerente para o desenvolvimento social e económico do nosso Concelho, aplica-se *mutatis mutandis* ao documento hoje em apreciação. Por mais que se procure, só se encontram duas diferenças. A primeira: Foi alterada a ordem das opções do plano – a Área de Desenvolvimento Económico do Falcão que aparecia em primeiro lugar em 2002, passou agora para segundo lugar por troca com o Complexo Desportivo e de Lazer do Falcão. Segunda e última diferença a assinalar: O Presidente terminava o preâmbulo com a expressão um CONCELHO COM FUTURO em letra maiúscula e agora escreve a mesma expressão em letra minúscula. Será esta uma manifestação do sub consciente de quem sofre de grande falta de convicção ? Como estamos em plena época de saldos, só me ocorre dizer que este Plano Plurianual de Investimentos é um autêntico mono. No que respeita ao cronograma de realização das opções do plano, a única alteração a assinalar comparativamente a 2002 é que relativamente a todas as obras elencadas que são exactamente as mesmas do ano passado, cada fase de realização de cada uma delas ( à excepção do Complexo Desportivo e Lazer do Falcão) avançou um ano, o que quer dizer que esta Câmara adiou tudo mais um ano. Nada fez, à excepção da elaboração de projectos para o Complexo Desportivo do Falcão. No que se refere ao Orçamento, a situação é exactamente igual. Os investimentos previstos são exactamente os mesmos que constavam do Orçamento para 2002, o que quer dizer que nenhum foi realizado. Mas este é também um orçamento virtual, como aliás já o foi o de 2002. Quem pretenda fazer uma análise macro deste Orçamento tem que se beliscar para saber se está efectivamente acordado ou se afinal, tudo não passa de um sonho. Com este orçamento, tal e qual nos foi apresentado, na aparência dos números e na actual conjuntura económica nacional e até mundial, o Bombarral é uma autêntica ilha de prosperidade. Senão, vejamos: As receitas correntes aumentam 19 % e as de capital 35 %. As despesas correntes aumentam 13 % e as de capital 41 %. Este documento revela pois um ambiente de expansão económica assinalável, um autêntico *boom*, com a derrama e os impostos indirectos a subirem cerca de 74%, a venda de bens e serviços correntes a subirem cerca de 24 % e a rubrica outras despesas correntes, festas, seminários, colóquios, feiras, eventos e material promocional a crescer **137 %**. Qual crise económica, qual carapuça. O Bombarral não está no pelotão da frente da corrida do desenvolvimento. O Bombarral segue isolado, em fuga, com um avanço jamais visto. Será que o milagre da multiplicação a que temos vindo a assistir com os terrenos camarários que ano após ano aparecem a encher as receitas de capital para pintar o equilíbrio orçamental, se transmitiu, por osmose, às outras rubricas? Se assim foi é melhor que os serviços continuem a elaborar o

## ACTA N.º 01/2003 – Reunião de 10 de Janeiro de 2003

Inventário Patrimonial e que não terminem essa infindável tarefa, da qual o Presidente da Câmara nos tem dado reiterada conta nas sucessivas fundamentações dos sucessivos orçamentos. Passo a citar : *Os imóveis acima referenciados estão a ser devidamente inscritos no Inventário Patrimonial que os serviços estão a elaborar, pelo que, a alienação dos mesmos só será efectuada após a devida regularização cadastral.* Esta frase, pela sua repetição nos sucessivos orçamentos, começa a ser já tradição, uma má tradição, na medida em que é bem reveladora da ineficácia e falta de rigor desta gestão. A propósito da discussão do Orçamento para o ano de 2002, disse que nem que Cristo descesse novamente à Terra, a Câmara iria arrecadar a receita proveniente da venda desses terrenos. A *profecia* concretizou-se. Desta vez, não digo o mesmo. Mas, parece-me que, para a lógica que tem estado subjacente à elaboração das propostas de Orçamento, vendê-los, seria matar a galinha dos ovos de ouro que tem permitido embrulhar as propostas de Orçamento de um equilíbrio que de outra forma nunca teriam. Assim é que eles são rentáveis – vendem-se virtualmente, todos os anos. O mesmo acontece com os lotes de terreno do Pólo II da Zona Industrial. Parte deles (no valor de 125.000 contos) já foram virtualmente vendidos o ano passado. No Orçamento para 2002, aprovado à segunda volta por esta Assembleia Municipal, lá consta esta quantia no campo das receitas. Agora, voltam a ser virtualmente vendidos em 2003 e quase que me atrevo a apostar que voltarão a ser nova e virtualmente vendidos em 2004. Oh Senhor Presidente, tudo isto mais parece um jogo para computador. É altura de dizer GAME OVER. Acabou. Porque a realidade é bem diferente. O Bombarral não vai isolado na frente da corrida do desenvolvimento. O Bombarral vai atrasado e muito. Até do ponto de vista da política económico-financeira. O tempo da falta de rigor e da contabilidade criativa nas contas públicas acabou, já era. O momento é de política de verdade, de rigor e contenção nas despesas. Senhor Presidente da Câmara, tem V. Ex<sup>a</sup> ainda pela frente três anos até ao final do mandato. Ainda está a tempo de emendar a mão. Só que, quanto mais tarde o fizer, maior o prejuízo para este Concelho e para as suas gentes. Espero que este Novo Ano lhe traga a si, nos traga a todos, a clarividência para de uma vez por todas, acharmos as plataformas onde possamos encontrar o mais amplo consenso possível para que este Concelho seja governado com rigor, com convicção e estabilidade, para bem das suas populações. Cabe-lhe a si, Senhor Presidente, enquanto responsável máximo do órgão executivo, criar as condições que lhe permitam exercer o mandato para o qual foi eleito. -----

-----A D. Susana Manco (PS) começou por fazer votos para que em 2003 as coisas corram melhor quer na Assembleia Municipal quer na Câmara Municipal para que se dissipe a ideia de que se faz política por fazer. Questionou porque motivo só este ano aparece a verba do aluguer do terreno do kartódromo. Solicitou informação sobre onde está prevista a receita do aluguer da piscina. Questionou o senhor Presidente da Câmara sobre como chegou ao valor de venda dos lotes do pólo II da zona de actividades económicas. Disse que ao contrário das advertências feitas só agora se constituiu a comissão de avaliação de bens móveis. Perguntou como se chegou a um aumento superior a 100% no valor da venda dos lotes. Mais solicitou informação sobre qual a rubrica onde consta o valor da dívida à RESIOESTE. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) efectuou o seguinte comentário ao documento de introdução ao orçamento de 2003: "1 - Qual o valor dos compromissos assumidos anos anteriores correspondendo aos cabimentos já efectuados ? 2 - 02 - Aquisição de bens e serviços - Referência a algumas verbas consideradas elevadas:-----

	Euros	Contos
-----Material de escritório	44.410	8.900
-----Peças	241.616	48.500

**ACTA N.º 01/2003 – Reunião de 10 de Janeiro de 2003**

-----	Outro Material Peças	---- 30.000	-----6.000	-----
-----	Livros e Doc. Técnica	---- 9.000	-----1.800	-----
-----	Outros Bens	----- 48.629	-----9.800	-----
-----	Encargos Instalações	---328.274	-----66.000	-----
-----	Comunicações	----- 90.000	-----18.000	-----
-----	Seguros	----- 88.850	-----17.800	-----
-----	Publicidade	----- 82.057	-----16.500	-----
-----	Assistência Técnica	---- 84.428	-----17.000	-----
-----	Outros Trab. Espec.	---- 84.428	-----17.000	-----
-----	Enc, c/ cobran. receitas	41.853	-----8.400	-----
-----	Outros Serviços	-----134.586	-----27.000	-----
-----	TOTAL	----- 1.308.401	-----262.700	-----

----- 71% do valor desta rubrica -----  
 ----- O valor total desta rubrica é de 1.831.835 euros quando em previsão orçamental para 2002 era de 1.505.383 sofrendo um aumento de 326.452 (66.000 cts) ou seja mais 22%. -

-----	04 - Outras Despesas Correntes	-----	-----	-----	-----
-----	2003	-----2002	-----16/12/02	----- Dif.Orç.	----- Dif.La
-----	361.650	-----152.855	-----19.084	-----208.795	-----342.566

----- Aumento de despesa de 208.795 referentes a orçamentos ( 42.000 contos) e 342.566( 69.000 contos pelo cabimento em 2002) ou seja um aumento respectivamente de 136% e 180%. Assim só nestas duas rubricas existe um aumento de despesa de um orçamento para o outro de 109.000 contos, quando pela situação económica actual aconselharia a uma redução da mesma despesa. O orçamento a exemplo do anterior contém rubricas denominadas de " OUTRAS " só nas despesas corrente que totalizam 61.000 contos, para quando o rigor na apresentação de contas!

-----	Resumo	-----
-----	Despesas correntes.	-----
-----	2003 - 5.412.216	-----
-----	2002 - 4.816.971	-----
-----	Diferença 595.245 ( 120.000 contos) mais 12,5 %	-----
-----	C.Gerência 2001 - 3.795.852	-----
-----	Diferença 1.616.364 ( 324.000 contos) mais 43 %.	-----

----- Esta Câmara aumenta a despesa corrente em dois anos de 760.000 contos para 1.085.000 contos o que é um despesismo total, sem qualquer tipo de controlo, levando ao afundamento das finanças camarárias a muito pouco tempo. -----

----- 3. Total das obras PPI em 2003 - € 7.481.226. -----

-----	AC – 614.417	-----
-----	FC – 3.018.565	-----
-----	AA – 3.848.244 (771.000 contos)	-----

----- Receitas de capital próprias (excluindo os F. Comunitários) conforme orçamento de 2003 : -----

-----	09 - Venda Terrenos	2.259.717	-----
-----	10 - Estado	-----1.608.814	-----
-----	12 - CGD	-----821.668	-----
-----	BTA .	-----119.005	-----
-----	Total	---- 4.809.204 ( 964.000 contos)	-----
-----	Retirando os terrenos	2.259.717	-----

## ACTA N.º 01/2003 – Reunião de 10 de Janeiro de 2003

----- Total ---- 2.549.487 ( 511.000 contos) -----

----- No orçamento para 2003 a verba inscrita de apoios comunitários é de € 2.180.417 e no PPI é de € 3.018.565. Agradecia explicação para esta discrepância de verbas. Gostaria ainda de perguntar ao Sr. Presidente o seguinte: O PPI está dependente em cerca de 50% da venda de terrenos na sua grande maioria do Polo II da zona industrial. Uma vez que esta obra é com participada em 65% de FC gostaria de saber como vai a C.M.Bombarral realizar os fundos próprios para poder levantar o valor correspondente aos FC , pois só poderá obter as receitas dos terrenos com a obra em pleno andamento de execução. O que acontecerá às outras obras abrangidas pelos FC se estão extraordinariamente dependentes da execução do POLO II, como atrás verificámos. Agradecemos da parte do Sr. Presidente uma resposta clara a estas questões e não de forma evasiva como é seu timbre, pois as questões são de tal maneira sérias que não podemos aceitar meias respostas. Verificamos ainda Sr. Presidente que com a execução deste PPI e ao ter a necessidade de utilizar de forma premente e urgente os empréstimos ainda disponíveis, vai voltar a aumentar a dívida da autarquia em cerca de mais 190.000 contos, passando assim a dívida a ser no final deste ano de cerca de 1.400.000 contos, valor este que corresponde ao orçamento real de 1 ano de exercício, o que convenhamos é algo de assustador para o futuro e compromete seriamente o futuro deste concelho, que se futuramente não tiver gestões de grande rigor vai acabar no abismo e os políticos que o dirigiram nos últimos anos devem ser responsabilizados pelas gestões ruinosas que praticaram. Tudo isto é tão real e verdadeiro que na apresentação das GOP e Orçamento para 2003, nada é dito quanto à recuperação financeira da autarquia, sendo portanto este assunto para o Sr. Presidente uma situação . menor e sem qualquer relevância em termos futuros o que só revela a falta de bom senso e total ausência de responsabilidade por quem tem o dever de zelar pelos bens e recursos públicos.” -----

----- O senhor Presidente da Câmara respondeu que de facto as suas introduções ao PPI não são diferentes, mas a intervenção do senhor Abel Henriques também é repetida e trouxe à lembrança que de facto não atribui fundamento quando publicamente se refere que o Bombarral Primeiro sendo constituído por pessoas que encontram na actividade política a sua intervenção, traz algo em que não acreditava. O Orçamento e o PPI são elaborados mais directamente por aqueles que têm responsabilidade e foram conversados e debatidos em reunião de Câmara e os vereadores do Bombarral Primeiro não fizeram qualquer sugestão. De facto as intervenções do senhor Abel Henriques podem ter traços interessantes mas fá-lo lembrar que é notório que os bombarralenses que aqui vivem todos os dias de quando em vez são assolados por aqueles que vêm de fora e queriam que o Bombarral permanecesse estável de semana e ao fim de semana lhes fossem prestadas contas. Nesta sociedade devemos ter a livre crítica mas sempre no respeito pela sociedade plural. Na última eleição com o desenvolvimento do acto preparatório todos fizeram um contrato com o concelho com base nas propostas que têm o término temporal definido. Muitos gostariam que o resultado das eleições se esbatesse e tudo fosse feito na base do “tudo ao monte e fé em Deus”. As propostas sufragadas pela população devem ser a base de trabalho melhoradas com as críticas efectuadas. Não se queira trazer para o exterior que na Câmara Municipal as coisas são feitas à sucapa ou com menor rigor. Nunca fugiu à procura de encontrar as bases de um consenso ou sequer da melhor resolução. Quanto ao terreno do pólo II disse que foi do senhor Salvador Carvalho dos Santos e foi adquirido pelo município para instalação de uma infra-estrutura de máquinas agrícolas. Essa infra-estrutura foi inviabilizada porque até aos empresários enviaram fotografais a dizer que era um terreno que se alagava. Face ao embaraço e agora que o processo teve o Visto do Tribunal de Contas vai procurar saber as causas pelas quais as várias

## ACTA N.º 01/2003 – Reunião de 10 de Janeiro de 2003

instâncias demoraram tanto porque não quer que desta vez a culpa morra solteira porque as obras no pólo II já deviam estar feitas. Quanto ao orçamento apresentado é o possível até porque a Câmara contava com um empréstimo que não contava para o endividamento e que iria permitir o relançamento. As obras prioritárias são as que têm o apoio comunitário e tendo em conta as limitações de rentabilidade todo o concelho é abrangido. Os documentos apresentados procuram ser o mais realistas possível. Não aconteceu uma valorização nos preços dos terrenos do pólo II. O orçamento 2002 foi aprovado em Julho e teve no seu objectivo o II semestre de 2002 e como tal o montante colocado em orçamento. Agora, indo-se iniciar as obras, é previsível que a possibilidade de venda a € 75 / m<sup>2</sup> e utilização das infra-estruturas haverá mercado sensível e não terão dificuldades na venda. Reconheceu que de facto têm ocorrido alguns lapsos que não têm permitido a apresentação dos documentos da forma mais rigorosa. Considerou que o endividamento municipal não representa um perigo tão grande assim, uma vez que os executivos têm procurado a melhoria das vias rodoviárias para trazer alguma mais valia em termos de património ao concelho. Se conseguir completar a circular ao Bombarral alguns espaços municipais ficarão valorizados. O aumento das despesas correntes deve-se a que nalgumas rubricas em 2002 foi feita a previsão para 6 meses e agora é necessário fazer-se a previsão para um ano e nessas áreas existiu algum desenvolvimento. Tudo o que possa representar a divulgação do concelho é um investimento e se não o fizermos corremos o risco de sermos os parentes pobres da região. O aumento de despesas correntes não é significativo. Uma das coisas que contribuiu para o aumento da despesa corrente é o pagamento do subsídio de reintegração ao senhor vereador Luis Duarte. Também ele teria direito quando terminasse funções a subsídio de reintegração, e só Deus sabe quando cessará funções, mas declara desde já que não vai pedir nenhuma compensação pelo tempo de serviço prestado à autarquia. -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) disse que hoje o senhor Presidente da Câmara perdeu completamente o pé. Colocou questões políticas e aparece-lhe o Presidente da Câmara a responder-lhe de forma pessoal. Chegou a esta terra em 1974 e foi fundador do partido que cometeu o erro crasso de apresentar o senhor Albuquerque Álvaro como candidato a Presidente da Câmara. Não vai entrar em chicane política mas também não vai bater palmas. Vem cá aos fins de semana para servir o concelho. Repete-se porque não lhe dão oportunidade de ser inovador. Quanto ao facto dos vereadores do BP não terem feito sugestões referiu que aquilo que viu nas actas das reuniões de Câmara foi chamarem a atenção do senhor Presidente da Câmara para a necessidade de serem colocados à discussão estes documentos e estes chegaram já como obras acabadas e em cima dos factos.-----

-----A D. Susana Manco (PS) relativamente à declaração do senhor Presidente da Câmara de que se aumentam as despesas correntes para não sermos os parentes pobres da região, referiu que isso não funciona porque parente pobre da região já o Bombarral é. Quanto à justificação para o aumento do valor dos terrenos do pólo II, disse desconhecer que os orçamentos fossem semestrais. Considerou surpreendente a declaração de que não vai haver dificuldades para vender os terrenos quando estamos à beira de uma depressão económica e a economia do Bombarral está de rastos. Relativamente às despesas referiu as seguintes diferenças: Festival do Vinho – 2002 - € 55.000 – 2003 - € 75.000; Festival de Musica – 2002 - € 15.000 – 2003 - € 30.000; edições do Museu – 2002 - € 2500; 2003 – € 10.500. Em 2002 foram realizadas actividades pela autarquia sem orçamento e para 2003 aparecem € 9.000 para a semana gastronómica e € 8.000 para o Festival da Juventude. Se se conseguem fazer estes dois eventos sem efectuar despesas pergunta porque é que não se faz o mesmo em 2003. Só o Festival do vinho corresponde à verba para iluminação pública. Sugere que não se faça o

## ACTA N.º 01/2003 – Reunião de 10 de Janeiro de 2003

Festival do Vinho um ano e se reforce a iluminação pública. A iluminação pública é um ponto de honra. Já há alguns meses alertaram para a questão do despesismo e agora vêem verbas como a das peças para automóveis com 48.000 contos. Considerou que ou existe uma completa falta de gestão de meios ou então não existe qualquer inventário das viaturas. Quase aposta que o Presidente da Câmara não faz qualquer ideia de quanto se gasta em viaturas e que não existe uma ficha por viatura. Existe um aumento de 54% das despesas correntes entre 1997 e 2001, o que prova que não há contenção de despesas. Quanto ao PPI considerou contraditório referir-se como prioridade o parque desportivo e depois mencionar-se a qualidade de vida. Lembrou que esta Assembleia Municipal tem aprovado em mandatos anteriores derramas para a área de desenvolvimento de actividades económicas do Falcão pelo que algo já lá devia estar feito. Lembrou que o assunto do complexo desportivo ainda não veio à Assembleia Municipal e ser apresentado como grande opção só revela falta de consideração. Mais uma vez lembrou que a nova biblioteca ainda não pode ser executada porque não há plano de pormenor para a zona. -- -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse ter nascido no Bombarral e aqui viver quer de semana quer ao fim de semana. Disse que parece que o PS já se esqueceu que foi governo nos últimos seis anos e se existe recessão bem se pode agradecer ao partido socialista. Chamou a atenção para o facto do vereador socialista na Câmara Municipal se ter absterido na votação do orçamento e certamente teve oportunidade de esclarecer a sua bancada. Não entende a implicação com o Festival do Vinho porque é dos eventos mais interessantes e consistentes que se têm realizado no Bombarral. -----

A D. M.º Los Angeles (CDU) declarou que: “Ao analisarmos este plano plurianual de investimentos, no que respeita a 2003 e ao comparamos com o previsto para 2002 verificamos que quase nada foi feito, e isto tendo em conta que já no ano passado tínhamos referido que a previsão era miserabilista pois não passava de elaboração de projectos, abertura de concurso e adjudicação de obras no máximo, no que se referia a 8 dos 9 grandes objectivos. Pensamos que já nem sequer se pode falar de falta efectiva de estratégia plurianual mas sim de pura incapacidade de realização. Nas grandes opções do plano é notório que a 1ª a que deveria de ser de facto a super estrutura deste PPI não o é, já que nada foi feito durante 2002 no que respeita à área de desenvolvimento económico do Falcão. Quanto ao ambiente e qualidade de vida, no respeitante à água e saneamento básico adiaram-se os projectos, concursos e adjudicações previstos e com eles arrastaram-se as conclusões das obras pelo menos mais um ano. Afinal qual é realmente a 1.ª grande opção deste executivo? Pensamos não errar se dissermos que é o Complexo Desportivo do Falcão, ou seja a obra menos consensual de todas. Aqui apraz-nos perguntar: - Que destino teve a recomendação aprovada com 17 votos na Assembleia Municipal de 27 de Setembro último, no que respeita à necessidade do executivo esclarecer este órgão quanto à coabitação de um espaço de lazer com um espaço industrial; quanto às características de desnível do terreno em causa; quanto à sua localização periférica em relação à vila do Bombarral; quanto à possível redução do espaço industrial? Entende o Sr. Presidente e a maioria do seu executivo que as questões levantadas não têm qualquer razão de ser? Mais uma vez é visível que o seu executivo não dá qualquer importância àquilo que aqui é deliberado e que não respeita minimamente os votos que todos aqui representamos. Continuando a analisar o PPI, encontramos logo no seu início um endividamento encapotado que diz respeito às locações financeiras da frota de máquinas e da frota automóvel. Verificamos também que a remodelação dos Paços do Concelho viu o seu valor aumentado em quase 50%, mas espantemo-nos porque em contrapartida a pré primária do Pó, a habitação social do Salgueiro, o Plano de Urbanização da Vila, o Plano estratégico do Concelho, o Plano de

## ACTA N.º 01/2003 – Reunião de 10 de Janeiro de 2003

Pormenor Noroeste da Vila, a Implementação do Urbecom entre outros estão mais baratos. Por este andar se esperamos mais 3 anos até é possível que estas obras e planos fiquem de graça. Assim será de pensar por exemplo em adiar a implantação da Escola Profissional ( e já agora que escola? ) que em 2002 custava 1.505.000 f; e este ano já está em saldo por 752.500~ o mesmo acontecendo com o Centro Tecnológico que viu o seu custo reduzido de 752.500~ para 377.500 ~ e por falar disso, sendo público que este era uma coisa que queria embora não soubesse o que era, já nos pode esclarecer de que Centro Tecnológico estamos a falar? ). Quanto à habitação social no Salgueiro perguntamos, com que dinheiro a pensa fazer agora que o Governo PSD/PP inviabilizou os empréstimos para este fim? Claro que não perguntamos pela Habitação social em S. Mamede já que aqui é visível que não é para fazer, pois esta não tem financiamento definido. Passando para o orçamento repetimos o que dissemos em relação a 2002, ou seja, continuamos a fazer de conta que vamos vender património para escamotearmos que não temos forma, por falta de capital, de realizar os investimentos que nos propomos fazer. Volta-se a dizer, passado mais um ano, que o Inventário Patrimonial está a ser elaborado e portanto a possível alienação dos imóveis só poderia ser efectuada após a devida regularização cadastral. Na prática conta-se com 2.259.717 € de receita virtualíssima, o que altera de imediato o saldo entre as receitas e despesas de capital de ( 297.023 €) que era coberto pelo saldo das receitas e despesas correntes- para (2.856:740 €). E para que não tenhamos dúvidas da saúde financeira da Autarquia cá vamos encontrar o já nosso habitual empréstimo de curto prazo ( no seu limite máximo permitido) para fazer face às dificuldades de tesouraria. Mais uma vez não é apresentada qualquer proposta de saneamento financeiro insistindo-se no aumento do endividamento. Perante tudo o que ficou expresso, o nosso voto não pode ser outro que não seja o da rejeição destes documentos, visto que na prática, nada de essencial mudou em relação ao plano de 2002 a não ser ter-se tomado ainda mais clara a inoperância deste executivo mesmo para fazer quase nada. Mais uma vez o Senhor Presidente da Câmara não contou com o nosso parecer prévio, e mais uma vez foi porque não quis. E desta vez não podemos sequer supor que se tenha esquecido da existência do Estatuto do Direito de Oposição ( Lei 24/98 de 26 de Maio) já que continuamos à espera do relatório respeitante ao ano anterior. De qualquer das formas, relembramo-lo então do articulado do artigo 5º deste estatuto ( Direito de consulta prévia ) pontos 3 e 4 que diz: " OS partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos ou responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade. Ao dever de consulta prévia aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto no nº 2 do artigo 4º que diz que "as informações devem ser prestadas directamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativas dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição" . Perante isto, é visível que o Senhor Presidente não se preocupa nem com resoluções, recomendações e afins provenientes desta Assembleia nem com o estabelecido em leis gerais da República quando isso o obriga a ter em conta os pressupostos democráticos da vida política. A sua incapacidade para dialogar e atender a outras perspectivas que não a sua tem como consequência resultados nefastos na estagnação do presente comprometendo cada vez mais o futuro do nosso concelho. "-----  
-----O senhor Presidente da Câmara disse não ter sido tão profundo quanto foi o senhor Abel Henriques na sua intervenção. A sua posição não é de confrontação mas não deixa de responder ao que lhe fazem. Lembra-se do senhor Abel Henriques ter feito parte da JSD e até de fazerem campanhas eleitorais os dois. Saberá estar sempre e dificilmente cederá o seu lugar. Quanto à questão do pólo II aquilo que referiu é que no orçamento de 2002 apenas foi



## ACTA N.º 01/2003 – Reunião de 10 de Janeiro de 2003

prevista uma parte. Quanto à iluminação pública reconheceu haver zonas da vila com iluminação precária, tendo já insistido junto da EDP para a resolução do problema. No tocante à realização de certames e eventos vê a sua realização como um investimento na promoção do concelho, embora aceite a ilação tirada. Quanto às derramas disse que o seu lançamento tem a ver com a criação de condições para o nascimento de uma área de desenvolvimento de actividades económicas no Falcão e já ali se gastaram milhares de contos. Logo que lhe seja entregue o caderno de encargos será colocado a concurso o projecto do Falcão. Lembrou já ter anteriormente referido o porquê da opção pelo parque desportivo do Falcão. No que toca à habitação social está mais avançada no Salgueiro porque a Câmara já dispõe do terreno enquanto que em São Mamede ainda terá de se adquirir terreno. O empréstimo a curto prazo destina-se apenas a ocorrer a dificuldades de tesouraria. -----

-----O senhor vereador António José Faustino disse que a partir do momento em que a Câmara Municipal entendeu a necessidade de infra-estruturas desportivas para o concelho puseram mãos à obra e avançaram para um projecto a médio / longo prazo. Contactaram o Instituto do Desporto e foi-lhes dito que a CCRLVT era a única que ainda tinha verbas disponíveis para este tipo de infra-estruturas. Tentaram elaborar o projecto o mais rápido possível e foi para aproveitamento das verbas que este processo avançou com a máxima celeridade. Não descuraram a apresentação pública deste projecto. Estão a tentar reunir todos os elementos solicitados. Logo que os tenham darão corpo à recomendação. Mas entretanto tiveram que andar com o processo para a frente para correrem o risco de perder as verbas. ----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça solicitou esclarecimentos sobre o arranjo do Largo de São Mamede, cemitérios da Roliça e Azambujeira, polidesportivos de Delgada, Baraçais e Columbeira, pré-escolas da Delgada e Azambujeira. -----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) disse pensar que deveria ter para com o senhor Presidente da Câmara o mesmo respeito que este teve para com a Comissão de Acompanhamento de Execução do Orçamento, já que foram convocadas duas reuniões e a informação por parte de Câmara foi nula. Pensa que esta proposta de orçamento nem merece grande reparo. Perguntou que atracção se pretende dar aos investidores quando se planeia vender os terrenos no pólo II a € 75 / m<sup>2</sup>. Quanto ao aumento da despesa corrente pensa que será o critério do Governo que recomenda contenção. Disse ter nascido neste concelho e sempre cá ter vivido. O Presidente da Câmara tem razão quando diz que foi eleito e não enganou ninguém, até pela sua pronúncia e pela dificuldade que tem em o perceber. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo solicitou esclarecimentos sobre a verba prevista em orçamento para distribuição pelas Juntas de Freguesia dado que a mesma não corresponde ao protocolo aprovado. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pó declarou que "Na discussão do anterior orçamento, o de 2002, fiz alguns comentários sobre o seu conteúdo, nomeadamente: disse que o anterior orçamento tinha: "falta de estratégia, falta de orientação, (...), consegue pecar Pela ausência de verdadeiras prioridades" "tem em si próprio o dramático peso de uma mal conduzida gestão autárquica" "tem ainda a gravidade de ser em parte fantasioso o que naturalmente lhe retira a credibilidade especialmente do ponto de vista da sua execução". Este orçamento não será muito diferente do anterior, tanto na forma como no conteúdo. Mas como disse na altura "e porque estou plenamente convicta das grandes carências da minha freguesia especialmente nas áreas da educação, desporto e regulamentação do trânsito. Disse ainda que - "estava convicta de que a minha orientação iria proteger e defender os interesses da população que represento ( e por isso mesmo) votaria favoravelmente aquele plano e orçamento. E foi o que fiz. Votei favoravelmente. E por causa desse voto fiquei durante todos

## ACTA N.º 01/2003 – Reunião de 10 de Janeiro de 2003

este ano "docemente embalada" por promessas antigas que não foram cumpridas em 2002, e que agora receio que não venham a ser realizadas em 2003. As várias obras que desde há cinco anos ando a "implorar" e que (são da exclusiva responsabilidade da câmara), salvo uma ou duas excepções, continuam por realizar. Posso até dizer a esta assembleia que o mapa de pequenas obras que elaboramos em 2002 para incluir no plano de actividades da câmara (e que entreguei pessoalmente ao senhor presidente da câmara) nunca chegou ao gabinete do eng. Mil homens. (e por isso este é um dos exemplos que tenho e que posso enunciar, porque de facto que me perturba, tanto mais que não entreguei o documento a qualquer pessoa, mas ao presidente da câmara., finalmente: A câmara tem em plano de actividades e orçamento a construção da pré primária de pó e tem mantido a expectativa da construção do polidesportivo em 2003, de outras obras não se fala. ( porque não há meios. Não dinheiro e porque festivais e ciclismo têm mais peso do que o bem estar das populações). E com esta postura de "promessa adiada" tem conseguido manter a presidente de junta do pó distante das sessões públicas de Câmara o que diga-se de passagem seria uma boa estratégia se eu andasse distraída, mas não ando e estou bem atenta a tudo o que se passa ao meu redor. Hoje digo-lhe sr presidente a câmara tem a obrigação de construir a escola pré primária do pó e o polidesportivo e de realizar outras obras necessárias ao desenvolvimento de todas as freguesias. São, sr. Presidente, aquelas obras pequenas como sempre refere e que nunca mais se fazem, e que andam sempre a deambular pelos planos de actividade e orçamentos (tais como cemitérios, esgotos, estradas, etc. Etc.) Repito, a câmara tem obrigação de executar estas obras de uma vez por todas, independentemente de eu ou outros aqui presentes estarmos ou não de acordo com todas as suas opções estratégicas neste plano e orçamento. Para que sinta que mais do que nunca estou atenta irei abster-me nesta votação. E só o faço. Em favor as populações que defendo. "

-----O senhor Presidente da Câmara disse que o arranjo do Largo de São Mamede é uma opção real e que já teve a sua aceitação. Quanto ao cemitério da Roliça o projecto foi elaborado pela senhora arquitecta Márcia Carvalho e foram feitos os contactos primários em 2002 mas como em Junho / Julho estavam os frutos em crescimento, levou-o a algum tempero nas negociações. Os polidesportivos referidos vão ser desenvolvidos. Todas estas obras são custeadas pela tesouraria municipal dado não terem qualquer apoio comunitário. No momento oportuno a Câmara e a Assembleia serão levadas a ponderar a necessidade obtenção de receitas para a realização destas obras. 2002 Foi um ano difícil para a execução de funções nesta área. Está esperançoso que as dificuldades no processo do pólo II serão superadas. A sua pronúncia pode ser razão de não compreensão mas o bilhete de identidade não é o elemento justificativo da responsabilidade. Considerou que o senhor Victor Garcia tem um sentido muito redutor da sociedade onde se integra. Quando um luso-americano pode ser senador, não compreende porque é que um beirão plenamente integrado não pode ser eleito. A sua pessoa e os valores que defende merecem respeitabilidade. Lembrou que só depois da eleição do PSD é que o senhor Victor Garcia deixou de andar em lama na Portela, por isso aconselhou-o a ver isso quando se refere ao presidente da Câmara dizendo que não vota a favor por não ter confiança no presidente. Sabe perfeitamente que não tem a confiança da oposição mas teve a confiança maioritária da população. Quanto à intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pó disse que o ofício referido não foi esquecido estando no dossier respectivo e de quando em vez as questões serão estudadas pelos serviços. No tocante à pré-primária da Azambujeira referiu que terá de procurar a melhor localização. Quanto à disponibilidade de terreno para o cemitério é aquela que a senhora Presidente da Junta de Freguesia conhece. -----

## ACTA N.º 01/2003 – Reunião de 10 de Janeiro de 2003

-----O senhor Vice-Presidente da Câmara disse que a biblioteca municipal deixou de pertencer à Fundação Calouste Gulbenkian, sendo agora a autarquia a responsável pela aquisição de livros, revistas e jornais e para tudo isso existe uma verba prevista de apenas € 3.500, sendo igualmente necessária a aquisição de material didático, dois computadores e uma impressora. Quanto às edições do Museu citou diversos compromissos existentes para a publicação de livros (actas das jornadas de arqueologia e dos congressos de arqueologia e etnografia, entre outros), que são obras importantes e onde se está a correr o risco que os autores façam a publicação noutras entidades. Lembrou que há 3 anos que não existe um folheto no Museu Municipal sendo necessário que tal volte a existir, quanto mais não seja procedendo-se a uma reedição do anterior. Quanto às exposições temporárias, informou que o Museu Municipal está preenchido até final do ano, havendo necessidade de verba para fazer face a algumas despesas de montagem e divulgação. Informou que a propósito dos 50 anos da Igreja Paroquial se vai realizar uma exposição que englobará peças dos Museu Nacional de Arte Antiga e que terá muita dignidade. A feira do Livro em 2002 teve um balanço positivo, tornando-se necessário apostar na sua divulgação para atrair e fidelizar mais público. Em relação ao Festival de Musica informou ter havido uma despesa total de € 16.380 e uma receita de € 7.890, o que significou que a tesouraria municipal apenas suportou cerca de € 8.500 quando inicialmente estavam previstos € 15.000, mas é necessário que as verbas estejam previstas em orçamento. Em relação ao festival do Vinho, disse que lhe parece que a D. Susana Manco tem uma obsessão por este evento e gosta muito do mesmo. Este ano vai ser a 20.ª edição pelo que terá de ter alguma dignidade. O ano passado gastaram € 55.000 e tiveram uma receita de € 45.000. Considerou que deveria haver no orçamento da receita um item com as verbas dos eventos porque assim as pessoas saberiam quais as receitas previstas e recebidas. Disse que o Festival do Vinho é o maior certame que se realiza no concelho, mas se quiserem acabar com ele assumam essa decisão. Se não o tivesse realizado, se calhar hoje estava a ser criticado por isso. Há outras coisas que se organizam e custam muito mais dinheiro. ---

-----A responsável pela Divisão Financeira disse que o valor que consta para as Juntas de Freguesia inclui dívida a algumas das mesmas e que tem a ver com utilização de máquinas. O valor inscrito nas despesas de capital não corresponde ao protocolo porque à data de elaboração do orçamento este ainda não tinha sido aprovado. -----

-----O senhor vereador Jorge Costa Pereira disse que o ano passado a autarquia foi confrontada com a intenção do Ministério da Educação de fechar o Jardim de infância da Azambujeira dos Carros. Reuniu com o CAE Oeste com vista a que isto não sucedesse, comprometendo-se a criar as condições para o seu funcionamento bem como o problema da melhor localização, porque o número de crianças na Azambujeira é muito diminuto. -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) disse que ninguém põe em causa a legitimidade do senhor Presidente da Câmara para governar. O que puseram em causa foi a sua capacidade para o fazer. Se descontarem o efeito do cartão amarelo ao governo PS não sabem qual teria sido o resultado das eleições. O Bombarral foi a única maré vazia num dia de maré-cheia para o PSD. Aconselhou o senhor João Paulo Hermenegildo a não se entusiasmar muito porque, por muita culpa que o PS tenha na situação que o país vive, ainda não estamos em recessão. Quando disse que nasceu e vive cá queria atacá-lo a si mas também atingiu o presidente da Câmara porque não nasceu cá. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse não ter percebido a ideia do senhor vereador João Carlos Duarte quando disse que havia uma verba para as receitas do festival do Vinho e outra para as despesas, uma vez que não existe classificação económica para o fazer.

## ACTA N.º 01/2003 – Reunião de 10 de Janeiro de 2003

Não é razão nenhuma dizer que a receita é abatida à despesa porque isso não é equilíbrio orçamental. Solicitou informação sobre o valor em dívida às Juntas de Freguesia. Disse que nasceu e vive cá. Também fundou a JSD do Bombarral e não recebe lições de moral política. Como o PSD não tem maioria absoluta tem de contar com as outras forças políticas e de saber fazer opções para que o futuro seja cada vez mais risonho. Quanto aos terrenos do Pólo II lembra-se de ouvir dizer que eram para a AGRIA mas que os proprietários agrícolas não quiseram porque ia retirar mão-de-obra das suas fazendas. Não falou em nenhuma despesa de promoção do concelho. Achou uma piada de mau gosto o senhor Presidente da Câmara ter dito que as despesas correntes tinham aumentado por causa do subsídio de reintegração do vereador Luís Duarte. “As grandes opções do plano, foram elaboradas segundo intenções de realizações de obras, não com a intenção de desenvolver o concelho em termos sustentados para o futuro, mas sim para mostrar obras descritas em mapas sem qualquer razoabilidade de execução. Não é definido a prioridade de obras já inscritas no empréstimo da CGD de 255.000 contos, não se sabendo se serão ou não concretizadas em 2003, o que numa primeira análise tal nos parece não vir a acontecer. Obras de enorme vulto descritas nas GOP não foram candidatas a quaisquer ajudas como (construção escola profissional; construção centro tecnológico; sistema telegestão/telemetria; museu municipal no valor total de € 2.602.500), o que só revela uma enorme falta de bom senso e má gestão, pois não vislumbramos como com a actual forma de gerir o município se vão conseguir as verbas necessárias à sua concretização, quando neste momento obras com participações de cerca de 75% não andam para a frente. A falta de concretização de obras essenciais e outras é única e exclusivamente da má gestão praticada nos últimos anos, gestão tipo merceeiro ou pior, pois só se pensa no ontem e nunca no amanhã seguinte e distante, para que assim, os eleitos futuros pudessem de uma forma sustentada e equilibrada continuar a desenvolver positivamente o nosso concelho. O Bombarral não é hoje, mais do que um dormitório dos grandes centros industriais vizinhos, perdendo de certa forma a sua ruralidade e qualidade de vida que deveria ter, como concelho pequeno, mas se bem gerido, com grandes potencialidades para oferecer. Estamos de acordo com a construção de um parque desportivo que seja o orgulho de todos nós, mas mais uma vez começamos a casa pelo telhado, quando não colocamos como prioridade das prioridades a construção de um verdadeiro parque de actividades empresariais, pois os existentes são apenas miniaturas, para a instalação de verdadeiras empresas que traga Emprego a uma população cada vez mais necessitada e a conseqüente mais valia daí adquirida. Pois só com produtividade se pode criar a riqueza necessária ao desenvolvimento, que deve ser usado como um bem para todos os munícipes do Bombarral. Lamentavelmente a área actividades económicas do falcão não foi enquadrada em fundos comunitários. Com gritante falta de visão, a câmara compromete seriamente a realização deste importante projecto estruturante e de primeiríssima importância para o desenvolvimento do concelho. Em termos urbanísticos temos que começar a pensar mais na qualidade do que na quantidade, pois como pequeno concelho que somos, temos que captar o investimento de qualidade para assim podermos obter melhor qualidade de vida, e não deixarmos que tudo se faça sem ordenamento e pensamento no futuro, sendo uma urgência a elaboração do PU da vila, planos de pormenor nalgumas zonas da vila, bem como planos de pormenor nalgumas localidades mais desordenadas, do ponto de vista urbanístico, nas freguesias. O crescimento urbanístico tem que ser enquadrado por espaços de recreio e lazer, coisa que até hoje não passou de intenções e assim podemos assistir a verdadeiros atentados, que deram origem a amontoados de cimento sem a menor qualidade de vida para os seus utilizadores, daí a urgência de um PDM elaborado com inteligência e ao serviço da racionalidade do espaço e de um desenvolvimento de

## ACTA N.º 01/2003 – Reunião de 10 de Janeiro de 2003

qualidade. O atravessamento do Bombarral por uma grande via de comunicação terrestre (a8), não foi aproveitada para melhor dar a conhecer a nossa terra que pasme-se fica a 30 minutos do maior centro do país, com o benefício imenso que daí podia advir em todas as áreas de actividade. Por tudo isto e muito mais, adiou-se ou mesmo atrasou-se o desenvolvimento do Bombarral, pois apenas foram preocupação o aspecto menor e nunca foi elaborado um verdadeiro plano de desenvolvimento adequado à nossa situação geostratégica. “-----

-----A D. Susana Manco (PS) relativamente à iluminação pública disse que ainda bem que o senhor Presidente da Câmara lamenta mas pode fazer algo. Solicitou cópia dos ofícios enviados à EDP a solicitar o reforço da iluminação pública. Sugeriu que se reduzam as despesas desnecessárias e que se coloque uma portagem no eixo Norte / Sul do Bombarral. Quando fizeram a comparação entre o que está orçado para o Festival do Vinho e para a iluminação pública foi só para dar um exemplo. O festival do Vinho existe há 20 anos e o reforço da iluminação pública não o vê. Não é de cá, mas vive cá e sente essa falta. Considerou que ainda bem que o senhor vereador João Carlos Duarte veio a esta Assembleia porque ficaram a saber as contas do Festival do vinho que andam a pedir desde Outubro de 2002 e até hoje nunca lhes foram presentes. Lembrou que já um ano a organização do Festival do Vinho foi entregue a privados, deu lucro e correu bem. Quanto á sua obsessão relativamente a este evento, disse que gosta da mata e entende que não é o local certo para este evento. Não sabe se as verbas orçamentadas são ou não exageradas porque nunca tiveram acesso às contas. Considerou que a questão global é a venda fictícia dos terrenos do pólo II. É uma questão vital por uma questão de transparência e tem de ser esclarecidos hoje sobre o que estão a votar porque estão deliberadamente a ser enganados. Estas receitas são colocadas deliberadamente extrapoladas para tapar o despesismo da Câmara. Não se podem contemplar projectos avulsos quando as infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento do concelho são catalogadas como pequenas obras. No orçamento de 2002 o PS advertiu quais as linhas gerais que a Câmara Municipal devia ter em conta sob pena de não viabilizarem os próximos orçamentos. É necessária a reestruturação financeira da autarquia e a elaboração de um plano de saneamento financeiro. Nada foi feito pelo que mais uma vez não viram as suas advertências serem levadas em conta. Hoje o PSD e o Presidente da Câmara não vão contar com a sua aprovação, mas o PS não se opõe por se opor e não dão o direito ao presidente da Câmara para ir às aldeias dizer que não faz porque não o deixam. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que o deputado Abel Henriques é arguto o suficiente para saber interpretar os resultados das eleições. Cá estarão para ver o futuro de ambos. O futuro do concelho não lhe parece sombrio como por vezes querem fazer crer. Todos estão na vida política há muito tempo. Há 15 anos quando alguns não acreditavam que o Bombarral se iria recolocar numa área de influência têm agora elementos para aferir da verdadeira razão daquele momento crítico de apreciação porque se dão conta do interesse do Bombarral. Cada vez mais se vai dando conta de que o Bombarral é um lugar central do desenvolvimento da zona em que está inserido. Quanto à alienação de património disse que nos últimos anos a Câmara não tem vendido assim tanto. Considerou que querer comparar o seu comportamento com o que tem vindo a público nos últimos dias, e que todos os autarcas lamentam, não estará em termos de pureza do que é o quadro legal de que até à acusação qualquer pessoa se presume inocente. -----

-----Relativamente à nova biblioteca o senhor Vice-Presidente da Câmara disse ser necessário avançar rapidamente com os planos de pormenor e com os projectos de especialidades. Quanto ao festival do Vinho aquilo que referiu é que a Câmara não gasta € 55.000 porque existe receita. Ao longo dos anos tem tentado junto da Divisão Financeira que

## ACTA N.º 01/2003 – Reunião de 10 de Janeiro de 2003

haja uma rubrica para as receitas do festival do Vinho mas sempre lhe tem sido dito que não é possível. -- -----

-----A Chefe da Divisão Financeira disse não ser possível prever uma rubrica para as receitas do Festival do Vinho, dado não se poder saber no inicio do ano qual o valor dos mesmos, mas para 2003 está prevista uma rubrica com um valor residual. -----

-----Pelas 00.15 horas o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal propôs o prolongamento da reunião por mais 1 horas. -----

----- Foi deliberado por maioria com 22 votos a favor, 2 contra e 1 abstenção prolongar a sessão por mais 1 hora. -----

----- O senhor José António Gordinho (BP) declarou que “Todo o processo de gestão de qualquer organização, pressupõe uma visão estratégica, que determina a elencagem de projectos considerados prioritários. Os investimentos a fazer-se partem, ou pelo menos deveriam de partir, da realidade financeira em que se encontra a própria organização. Prioritariamente deve-se investir naquilo que garantirá mais valias para o Município. Em primeira instância nas áreas sociais e económicas. Não podemos, nem devemos consentir que a despesa corrente real de 2001, apresentada em conta de gerência fosse de 3.795.183 euros ( 760.865 contos) e na actual proposta para 2003 a mesma suba para 5.440.231 euros (1.090.000 contos), o que implica um aumento de 1.645.000 euros (mais 329.000 contos ). Isto é inacreditável. Como é do conhecimento de todos, despesa corrente corresponde em grande parte a desperdício e despesismo. A despesa corrente não corresponde a uma única obra de investimento. Analisando a proposta de Plano Plurianual de investimentos para 2003, constatamos que a área de actividades económicas do Falcão é lançada com maior incidência em 2005 e 2006, ou seja para um período em que não há acesso a fundos estruturais, em que o quadro comunitário já estará fechado. Caso este PPI e Orçamento venham a ser hoje reprovados, o Bombarral Primeiro recomenda á C. Municipal a sua reformulação, segundo as seguintes linhas gerais: 1 - Que a despesa corrente seja diminuída em pelo menos 828.000 euros (166.000 contos) a) Sendo 580.000 euros para fazer face aos investimentos previstos no empréstimo reprovado por esta Assembleia em 20 de Dezembro último. b) Os restantes 248.000 euros serão para reforço do investimento na área de actividades económicas do Falcão. 2 - Que a área de actividades económica do Falcão seja considerada a prioridade das prioridades do investimento em 2003/2004. a) Que a Câmara Municipal aprove até final de Abril de 2003 todos os instrumentos urbanísticos e cadernos de encargos/concursos referentes à mesma. b) Que os concursos sejam lançados durante o mês de Maio de 2003. c) Que a obra em causa seja adjudicada/contratada o mais tardar até final de Outubro de 2003. 3 - Que a Câmara Municipal discuta e aprove um plano de recuperação financeiro a desenvolver até ao final do presente mandato.” -----

----- O senhor Carlos João Fonseca (PSD) disse ser necessário potenciar algumas das infra-estruturas que constam do PPI nomeadamente o parque de lazer, porque será lamentável desperdiçarem-se as verbas do III Quadro Comunitário de Apoio e não vê grande alternativa á localização proposta. Acha que é demasiado importante a existência do parque desportivo, mas se o mesmo não for instalado naquele espaço então a utilização do restante terreno deveria ser reequacionada. Num momento em que aquilo que se vende é habitação de qualidade, não sabe se um bom projecto para aquela zona não poderia valorizar um activo da Câmara Municipal. Quanto ao Festival do Vinho disse não crer que exista outra organização que se lhe assemelhe no que respeita à promoção deste concelho. Não nasceu no Bombarral mas sempre aqui viveu e trabalhou e custa-lhe que se fale pouco do Bombarral. Em Portugal não conhece outro festival

## ACTA N.º 01/2003 – Reunião de 10 de Janeiro de 2003

deste tipo que atraia tanta gente a uma terra como o Festival do Vinho. Não sabe se não seria possível criar um centro de custos para o festival do Vinho. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) registou as ondas de choque por causa da questão do subsídio de reintegração do vereador Luís Duarte porque é um averba inserida em orçamento e que é perfeitamente legítimo questioná-la. Verifica que o PS andou á deriva no tempo do eng. Guterres e que assim continua. São interessantes as preocupações neo-liberais do PS de entregar a organização do Festival do Vinho a particulares. Disse não ver espelhado no orçamento e PPI a questão do desenvolvimento turístico do Picoto e Vale do Roto. -----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) disse não poderem concordar com este orçamento quer pela forma empolada como são apresentadas as receitas quer pelo aumento das despesas correntes. Estão dispostos a dialogar se o presidente da Câmara quiser. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse que não é com terrenos a € 75 / m<sup>2</sup> que os empresários se vêem cá instalar. Citou os factores inibidores constantes do parecer da CEDRU no processo de elaboração do Plano Estratégico, salientando a necessidade da área de desenvolvimento de actividades económicas do Falcão. Em relação ao Festival do Vinho é de opinião que deve ser feito e as verbas propostas até não são muito significativas. -----

-----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) disse que a vitivinicultura é uma actividade importante no concelho e grande parte dos produtores estão a abandonar a actividade pelo que é necessária uma chamada de atenção para este sector. Concorda com a D. Susana Manco sobre a utilização da mata, mas lembrou que quando a Feira dos Frutos mudou do parque D. Carlos I para o parque de exposições, teve muita dificuldade em se afirmar. -----

-----O senhor vereador Luís Duarte, no uso da defesa da honra, declarou que o senhor Presidente da Câmara introduziu o seu nome de forma despropositada na discussão do orçamento e no final disse que prescindia de vir a receber subsídio de reintegração. O senhor Presidente da Câmara manipulou a informação porque já optou por uma das prerrogativas que a lei lhe concede e há anos que recebe dois ordenados de Presidente da Câmara catorze vezes por ano. -----

-----Colocadas à votação as propostas de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal de Bombarral para o ano 2003 foram os mesmos rejeitados com 14 votos de reprovação (7 do BP, 3 do PS, 2 do CDS/PP e 2 da CDU), 1 abstenção (1 do PS) e 10 votos favoráveis (9 do PSD e 1 do BP).-----

-----Por proposta do senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi decidido por maioria com 14 votos a favor, 10 abstenções e 1 voto contra que a próxima sessão da Assembleia Municipal decorra na sede da Associação Cultural e Recreativa do Salgueiro. -----

-----Pelas 02.00 horas foi a sessão encerrada, e lavrada a presente acta que vai ser devidamente assinada pelos membros da Mesa depois de lida e achada conforme.-----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: